



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/09/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. BIBLIOTECA DO JUDICIÁRIO.....	2
1.3. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JUÍZES.....	4 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. SEM ASSUNTO.....	6
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	7
4.2. VARA CÍVEL.....	8
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	9
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. OBRAS / REFORMAS.....	10
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	11
7.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	12
7.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	13
7.4. OBRAS / REFORMAS.....	14
7.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	15 - 16
7.6. VARA CÍVEL.....	17

TJMA PRESTA SERVIÇOS AO CIDADÃO NA EXPOEMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está disponibilizando uma série de serviços ao cidadão em seu stand na 57ª edição da Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), promovido pela Associação dos Criadores, no Parque Independência.

TJMA RECEBE DOAÇÃO DE LIVROS DE TEMAS MARANHENSES

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Instituto Geia a doação de dezesseis obras literárias com enfoque na temática maranhenses. Os livros estão à disposição de magistrados e servidores e da comunidade, na Biblioteca do Judiciário, que funciona no Palácio da Justiça, na Praça Pedro II, Centro.

TJMA TEM MAIS DE TRÊS MILHÕES DE ACESSOS EM OITO MESES



O site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 3.274.935 visitas no período de janeiro a agosto de 2013, com cerca de 8.637.353 visualizações de página.

O Maranhão respondeu com 69% do total de acessos (2.269.671 visitas), conforme dados extraídos do Google Analytics

São Paulo e Piauí obtiveram a segunda, terceira posições no quesito acessos: 125.983 e 123.143 visitas, respectivamente. No Nordeste, Piauí e Ceará aparecem na lista dos dez maiores acessos do site. O TJMA recebeu ainda 105.465 consultas de outros países. Em abril atingiu pico de visitas chegando a 456.641 acessos.

A página do TJMA obteve 18% de novos visitantes, detalha o Goo

‘MORTO’ DESDE 1983

HOMEM CONSEGUE PROVAR NA JUSTIÇA QUE ESTÁ VIVO

O juiz José Francisco de Souza Fernandes, titular de Alto Parnaíba, proferiu decisão na qual anula a certidão de óbito de Narciso José de Moura. Narciso estava oficialmente morto desde fevereiro de 1983, através de certidão de óbito expedida pela serventia judicial da comarca de João Lisboa. A certidão havia sido solicitada pela ex-mulher de Narciso, Cesarina Rodrigues de Moura. **PÁGINA 3**

 **MORTO NO PAPEL**

Homem consegue provar à Justiça que está vivo

O juiz José Francisco de Souza Fernandes, titular de Alto Parnaíba, proferiu decisão na qual anula a certidão de óbito de Narciso José de Moura. Narciso estava oficialmente morto desde fevereiro de 1983, através de certidão de óbito expedida pela serventia judicial da comarca de João Lisboa. A certidão havia sido solicitada pela ex-mulher de Narciso, Cesarina Rodrigues de Moura.

Consta na decisão do magistrado que Narciso e Cesarina casaram-se em João Lisboa em março de 1969, separando-se logo em 1970. No ano de 1976, Narciso mudou-se para Alto Parnaíba. Lá, ele constituiu nova família, a qual mantém até os dias de hoje, tendo sete fi-

lhos com Maria Luíza Lopes. Narciso afirmou que, quando precisou tirar certidão de casamento com vistas ao início de processo de aposentadoria rural por idade, descobriu que não poderia, pois estava oficialmente morto.

Conforme o livro da serventia, a 'morte' de Narciso teria sido declarada pela sua ex-mulher. A serventia extrajudicial, na pessoa da delegatária, foi citada em 2009 e afirmou recebeu o requerimento de registro tardio de óbito e procedeu à sua inscrição em virtude de decisão judicial. Em audiência de conciliação, instrução e julgamento, ocorrida em 2011, a Justiça colheu o depoimento pessoal do autor e constatou-se a ausência da ex-mulher dele. O juiz determinou que ela fosse

ouvida por carta precatória.

O INSS, requerido pela Justiça, comunicou a existência de benefício de pensão por morte em favor de Narciso, baseado na sua 'morte'. O Ministério Público confirmou, então, a procedência do pedido de Narciso.

Na decisão, o juiz cita que "é fato inquestionável que o autor Narciso José de Moura está vivo, embora oficialmente "morto", tendo este magistrado verificado pessoalmente a sua identidade física por ocasião da audiência de instrução e julgamento realizada no dia 5 de março de 2013 [...] concluo assistir razão ao autor, haja vista que, evidentemente, não poderá subsistir o registro de óbito de pessoa que se encontra viva."

E decidiu: "Diante do exposto, em consonância com o parecer ministerial, jugo procedente o pedido [...] e determino a anulação do registro de óbito nº 1.135, lavrado às folhas do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial da Comarca de João Lisboa/MA, no dia 17 de outubro de 1985, em nome de Narciso José de Moura".

Francisco de Souza Fernandes determinou, ainda, que a secretaria judicial encaminhasse cópia integral da decisão ao promotor de Justiça da Comarca de João Lisboa, para os fins de direito, remetendo-se, ainda, mediante ofício, cópia desta sentença ao Instituto Nacional do Seguro Social, gerência executiva de Balsas, para as providências que reputar cabíveis.

Maranhão pede apoio no combate à violência

MP, SSP, Sejap, Direitos Humanos e outros órgãos pediram ontem, em Brasília, investimentos do Governo Federal na prevenção à violência no Maranhão. **Polícia 6**

Maranhão pede apoio ao Governo Federal para combater a violência

Ministério Público, SSP, Sejap e Direitos Humanos, entre outros órgãos, solicitaram ao Ministério da Justiça, durante reunião com a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Minc, a inclusão do estado no programa Brasil Mais Seguro

A procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, reuniu-se na segunda-feira (2) com a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Minc, na sede do Ministério da Justiça, em Brasília, para debater a situação do sistema de segurança pública estadual. A representante do Ministério Público pediu o investimento do Governo Federal em ações que previnam a violência e combatam a impunidade.

Os secretários estaduais Aluísio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchôa (Justiça e Administração Penitenciária) e Luiza Oliveira (Direitos Humanos) também participaram da reunião, além da diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst) da PGJ, Fabíola Fernandes Faheina Ferreira, e do coordenador do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues.

Como medida emergencial, o Ministério Público pediu a inclu-

são do Maranhão no programa Brasil Mais Seguro, que integra o Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e promove o enfrentamento às drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos e a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública.

Qualificação - Os investimentos têm como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as instituições de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público. O programa já foi implantado em Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe.

"O Maranhão precisa de investimentos e ações concretas urgentes na área da segurança pública, devido aos alarmantes índices de violência. Somente em agosto, fo-



Autoridades maranhenses em reunião com a secretária Regina Minc

ram 86 assassinatos na Região Metropolitana de São Luís. Nos últimos seis meses, 27 detentos foram mortos dentro do sistema penitenciário", destacou Regina Rocha.

A secretária nacional de Segurança Pública mostrou preocupação com a situação da criminalidade no estado e informou que os investimentos só podem ser feitos se forem solicitados pelo Poder Executivo estadual. O passo seguinte seria a assinatura de um convênio entre o Governo Federal e o Estado do Maranhão.

Lavagem - No dia 22 de agosto, a procuradora-geral reuniu-se com

o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Brasília, e entregou proposta de cooperação técnica entre o MPMA e o Ministério da Justiça para a instalação de uma unidade do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Lab-LD) no estado.

A implantação de centros especializados de tecnologia é uma das ações estruturais da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, instituída em 2003. De igual forma, a criação dos laboratórios está inserida no conjunto de ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) para o enfrentamento da corrupção e do crime organizado.

Segundo Regina Rocha, o MPMA vem adotando medidas administrativas e institucionais no combate à corrupção e lavagem de dinheiro. "A implantação do laboratório no Maranhão vai possibilitar um grande avanço na atuação do Ministério Público, especialmente na área de combate à criminalidade organizada e dos crimes contra o patrimônio público", disse.

Mais

O programa Brasil Mais Seguro integra o Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que realiza ações voltadas para o fortalecimento das fronteiras, o enfrentamento às drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos, a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública e a redução da criminalidade violenta. O Brasil Mais Seguro prevê três eixos de atuação: a melhoria da investigação das mortes violentas; o fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade (comunitário); e o controle de armas.

*** Em cumprimento à decisão judicial emitida no plantão da Justiça da Comarca de São José de Ribamar do último dia 31 de agosto, a apresentação do grupo de funk carioca 'Bonde das Maravilhas' no Ribamar Funk Fest, realizado no domingo (1º), em um bar na orla marítima do município, contou com a participação de apenas duas integrantes do grupo formado por seis garotas. As outras quatro integrantes, todas menores de idade, ficaram confinadas no ônibus do grupo, em frente ao Quartel da Polícia Militar. Menores que compareceram ao local para assistir à apresentação também foram impedidos de entrar no local.

*** No assunto: assinada pelo juiz Marcelo José Amado Libério, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca respondendo pelo plantão na data, a decisão atendeu à Ação Civil Pública com Pedido Liminar de Antecipação de Tutela interposta pelo Ministério Público contra os promotores do evento. Na ação, o MP solicitou à Justiça a imposição de regras específicas, de forma a adequar o Ribamar Funk Fest ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e à Lei da Ação Civil Pública.

*** A 2ª Vara Cível de São Luís julgou, em 2013, mais de dois mil processos. Para garantir a celeridade processual, o juiz titular da unidade, Luiz de França Belchior Silva, costuma promover mutirões, inclusive aos sábados. Este ano já foram recebidas 1.033 novas ações. São processos de busca e apreensão de veículos, revisionais de débito, consignações em pagamento, envolvendo veículos, ações locatícios e feitos do registro público. A vara encerrou o ano de 2012 com 7.681 ações e atualmente há 5.625 processos em tramitação. Havia em 2011 mais de 11 mil processos tramitando. Segundo o juiz Luiz de França Belchior Silva, sanear a unidade tem sido uma luta diária.

VISITA

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, visitou, nesta terça-feira (03), o posto de recadastramento eleitoral biométrico, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. Instalado no último mês junho, o posto fica no local só até esta sexta-feira (06), quando será levado para a sede da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ). Ao todo, o tribunal mantém nove postos fixos e quatro móveis em São Luis, com a perspectiva de ampliar o atendimento para os bairros mais distantes e populosos. Até agora, somente 49% dos eleitores da capital fizeram o recadastramento.

META

A meta é recadastrar 90% dos eleitores reais da capital, o que significa aproximadamente 570 mil pessoas, conforme o presidente do TRE-MA. "Estamos dentro da meta prevista, mas vamos intensificar as ações para estimular o eleitor a fazer seu recadastramento", afirmou o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues. Uma das estratégias, de acordo com o presidente, é levar postos móveis à periferia da cidade, para atender a população com menor poder aquisitivo e com menos condições de se locomover até os postos fixos.

Tribunal de Justiça

Judiciário inaugura novos fóruns em Rosário e Santa Rita

O Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) cumpre mais uma etapa na ampliação da estrutura física do Judiciário maranhense com a inauguração dos novos fóruns de Rosário (entrância intermediária) e Santa Rita (vara única).

As novas sedes da Justiça estadual nas duas comarcas serão entregues pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, nesta quarta-feira (4), às 17h (Rosário), e na quinta-feira (5), às 9h, (Santa Rita).

“Os prédios possuem instalações amplas e modernas. O Judiciário tem pressa em garantir a jurisdicionados, juízes e servidores segurança e melhor qualidade e agilidade na prestação jurisdicional”, observa o presidente. Ele lembra que sedes próprias de unidades ju-

diciais têm destaque entre os compromissos de gestão.

O novo fórum de Rosário (distante 45 km da capital) foi construído em uma área total de 914,80 m², implantado num terreno com cerca de 4.230 m². A comarca é constituída por duas varas (1ª e 2ª) e salão do Júri, com amplo estacionamento para os usuários do fórum e estacionamento privativo para juiz. A obra, iniciada em 20 de junho de 2011, foi custe-

ada em R\$ 1.246.054,75.

A 77 km de São Luís, a comarca de Santa Rita recebe um fórum com área total construída de 466,62 m², num terreno com cerca de 2.000 m². Com instalações para uma vara e salão do Júri, o prédio possui estacionamento aberto e privativo para juiz. O valor investido na reforma, que teve início em 10 de janeiro de 2012, totalizou um valor de R\$ 1.026.291,62.



Guerreiro Júnior afirma que o Judiciário tem pressa em garantir melhor qualidade na prestação jurisdicional

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Em cumprimento à decisão judicial, show de funk acontece sem participação de menores

Em cumprimento à decisão judicial emitida no plantão da Justiça da Comarca de São José de Ribamar do último dia 31 de agosto, a apresentação do grupo de funk carioca 'Bonde das Maravilhas' no Ribamar Funk Fest, realizado no domingo (1º), em um bar na orla marítima do município, contou com a participação de apenas duas integrantes do grupo formado por seis garotas. As outras quatro integrantes, todas menores de idade, ficaram confinadas no ônibus do grupo, em frente ao Quartel da Polícia Militar. Menores que compareceram ao local para assistir à apresentação também foram impedidos de entrar no local.

Assinada pelo juiz Marcelo José Amado Libério, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca respondendo pelo plantão na data, a decisão atendeu à Ação Civil Pública com Pedido Liminar de Antecipação de Tutela interposta pelo Ministério Público contra os promotores do evento. Na ação, o MP solicitou à Justiça a imposição de regras específicas, de forma a adequar o Ribamar Funk Fest ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e à Lei da Ação Civil Pública.

Rígido controle – Na decisão, Marcio Libério determinou que o show do grupo se desse apenas mediante apresentação de documentação da maioria

de civil das integrantes, bem como o rígido controle de acesso e permanência nos termos da classificação indicativa do evento (18 anos). O magistrado determinou ainda que essa providência fosse certificada pelo Comissário da Infância e da Juventude.

Em certidão enviada ao Juízo pelo Comissário de Justiça da Infância e da Juventude José Carlos Sousa dos Santos, e datado do dia 2 de setembro, o comissário informa que, conforme o disposto na decisão, conferiu a documentação das integrantes do grupo, quando constatou que quatro delas têm idade entre 13 e 16 anos, o que determinou o confinamento das meninas no ônibus. Quanto à presença de menores no evento, o comissário relatou fiscalização feita conjuntamente com Conselho Tutelar e Polícia Militar, o que resultou em dezenas de menores barrados na entrada do estabelecimento onde ocorreu a apresentação.

Apresentações do grupo de funk programados para acontecer na Associação Atlética do Banco do Estado do Maranhão – AABEM (Forquilha), Choperia Fernando (Anjo da Guarda), Espaço Caribe (São Raimundo) e Espaço do Povão (Cidade Olímpica) já haviam sido proibidos pelo juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude, José Américo Abreu Costa.

Presidente do TRE visita posto de cadastramento no Calhau

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, visitou, ontem (3), o posto de cadastramento eleitoral biométrico, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. Instalado no último mês junho, o posto fica no local só até esta sexta-feira (6), quando será levado para a sede da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ). Ao todo, o tribunal mantém nove postos fixos e quatro móveis em São Luís, com a perspectiva de ampliar o atendimento para os bairros mais distantes e populosos. Até agora, somente 49% dos eleitores da capital fizeram o cadastramento.

Acompanharam o presidente do TRE-MA durante a visita o diretor do Fórum Des. Sarney Costa, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim; o presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), Gervásio Protásio dos Santos; o juiz Adelman Nascimento Pereira; o coordenador

geral da Biometria no Maranhão, Herbeth Leite; e o coordenador administrativo do fórum, Aristeu Rodrigues.

A meta é cadastrar 90% dos eleitores reais da capital, o que significa aproximadamente 570 mil pessoas, conforme o presidente do TRE-MA. "Estamos dentro da meta prevista, mas vamos intensificar as ações para estimular o eleitor a fazer seu cadastramento", afirmou o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues. Uma das estratégias, de acordo com o presidente, é levar postos móveis à periferia da cidade, para atender a população com menor poder aquisitivo e com menos condições de se locomover até os postos fixos.

O diretor do Fórum de São Luís ressaltou a parceria entre a Justiça Eleitoral e o Judiciário Estadual, para levar a biometria a todo o eleitorado de São Luís. "A Justiça é uma e tem a finalidade de prestar relevantes servi-

ços à população", acrescentou o juiz Sebastião Bonfim. O presidente da AMMA também destacou a importância das parcerias entre as diversas instituições, para envolver todos os segmentos da sociedade na biometria.

Sem agendamento – Cerca de 2.500 eleitores já fizeram o cadastramento biométrico no posto do Fórum Des. Sarney Costa. São magistrados, servidores e seus familiares, além de pessoas da comunidade. O posto vai funcionar no local até as 14h de sexta-feira (6), sendo transferido para a PGJ (Rua Osvaldo Cruz – Centro), onde permanecerá por 15 dias.

Quem não fizer o cadastramento terá o título cancelado. O prazo estipulado pela Justiça Eleitoral é até 19 de dezembro deste ano. Depois dessa data, conforme o presidente do TRE-MA, o eleitor pagará multa e poderá enfrentar filas para se regularizar.

No Fórum Des. Sarney Cos-

ta, o posto funciona na antiga sala da Distribuição (térreo), das 8h às 14h, nos dias úteis, e não está mais sendo feito agendamento por meio do 0800-098-5000. O eleitor deve ir diretamente ao posto, no horário de funcionamento.

Documentos necessários – Para a biometria, o eleitor deve apresentar obrigatoriamente original e cópia de documento de identificação, com foto (RG, carteira de motorista, carteira funcional ou carteira de trabalho), comprovante de residência e título eleitoral (opcional).

O eleitor do sexo masculino, nascido até 31 de dezembro de 1995, que for requerer a primeira via do título deve apresentar também comprovante de quitação militar. Quem vota em outro município, inclusive de outro estado, e queira transferir o domicílio eleitoral para São Luís deve comprovar residência na capital maranhense há mais de três meses.

Esforço Concentrado movimentado juizado em S. José de Ribamar

Acontecem até a sexta-feira, dia 6, no Juizado Especial Cível e Criminal – JECCRIM de São José de Ribamar, audiências relativas à 15ª Semana do Esforço Concentrado. Essas atividades, segundo informações da unidade judicial, são realizadas como o objetivo de reduzir o acervo processual e aproximar as datas das novas audiências.

De acordo com o juiz Marcelo José Amado Libério, titular do Juizado de Ribamar, serão realizadas diariamente durante esta semana, simultaneamente em duas salas, mais de 34 audiências unas, de conciliação, instrução e julgamento. “A nossa expectativa é de que passem pelo juizado somente esta semana, cerca de 400 jurisdicionados que visam através do rito da Lei 9099/95, uma solução rápida e eficaz para suas demandas”, destacou o magistrado.

Calendário – Ainda segundo informações do juizado, a atividade de esforço concentrado

já faz parte do calendário laboral na unidade, e é organizada pelos próprios servidores com o apoio do magistrado. “Só em 2013 realizamos quatro Semanas do Esforço Concentrado, esta será a nossa quinta edição”, comentou Fernando Henrique, secretário judicial do JECCRIM.

Atualmente, tramitam no juizado ribamarense cerca de três mil processos, de natureza cível e criminal. Segundo números divulgados, somente no primeiro semestre deste ano, foram realizadas 1.529 audiências e prolatadas 1.491 sentenças cíveis e 259 criminais que perfazem a quantia de 1.720 processos sentenciados.

“Com média mensal de 287 processos distribuídos de janeiro a junho deste ano, nós realizamos um trabalho focado, essencialmente, na redução do número de processos, bem como na busca em evitar que as marcações de audiências sejam realizadas para o ano de 2015”, observou Marcelo Libério.

Judiciário inaugura novos fóruns em Rosário e Santa Rita

O Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) cumpre mais uma etapa na ampliação da estrutura física do Judiciário maranhense com a inauguração dos novos fóruns de Rosário (entrância intermediária) e Santa Rita (vara única).

As novas sedes da Justiça estadual nas duas comarcas serão entregues pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, nesta quarta-feira (4), às 17h (Rosário), e na quinta-feira (5), às 9h, (Santa Rita).

“Os prédios possuem instalações amplas e modernas. O Ju-

diciário tem pressa em garantir a jurisdicionados, juízes e servidores segurança e melhor qualidade e agilidade na prestação jurisdicional”, observa o presidente. Ele lembra que sedes próprias de unidades judiciais têm destaque entre os compromissos de gestão.

O novo fórum de Rosário (distante 45 km da capital) foi construído em uma área total de 914,80 m², implantado num terreno com cerca de 4.230 m². A comarca é constituída por duas varas (1^a e 2^a) e salão do Júri, com amplo estacionamento para os usuários do fórum e estacionamento privativo para juiz.


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA 7ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
□ Rua Professor Carlos Cunha, 574 - Caixa
CEP.: 65.020-440 São Luís - MA
98-3194 3489

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

NUMERO DO PROCESSO: 17565/2011
CLASSE: Procedimento Ordinário
REQUERENTE(S): CONDOMINIO DO EDIFICIO ATRIUM PLAZA
REQUERIDA(S): IZABEL PAES FEITOSA

O DOUTOR JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **ISABEL PAES FEITOSA**, que se encontra em local desconhecido, para que no prazo de trinta (30) dias, para que conteste ação conforme o despacho de fls. 48 . E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho.

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o **TRANSCURSO DOS TRINTA DIAS FIXADOS A PARTIR DA 1ª PUBLICAÇÃO**.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida, como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente, por força do art. 319 do CPC.

O que se **CUMPR**A nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís Estado do Maranhão, aos 05 de junho de 2013. Eu,
JUZONA Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Dr. José Eulálio Figueiredo de Almeida
Juiz de Direito da 7ª Vara Cível.

2013



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 63/2013
Processo nº 36247/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP), Tipo **MENOR PREÇO**, por **LOTE**, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição de bens permanentes (eletrônicos e eletrodomésticos), para readequações do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia 04/09/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília) está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.

São Luís, 03 de setembro de 2013.

Kátia Araujo Gonçalves
Pregoeira TJ/MA

2ª Vara Cível de São Luís julgou este ano mais de dois mil processos

A 2ª Vara Cível de São Luís julgou, em 2013, mais de dois mil processos. Para garantir a celeridade processual, o juiz titular da unidade, Luiz de França Belchior Silva, costuma promover mutirões, inclusive aos sábados. Este ano já foram recebidas 1.033 novas ações. São processos de busca e apreensão de veículos, revisionais de débito, consignações em pagamento, envolvendo veículos, ações locatícios e feitos do registro público.

A vara encerrou o ano de 2012 com 7.681 ações e atualmente há 5.625 processos em tramitação. Havia em 2011 mais de 11 mil processos tramitando. Segundo o juiz Luiz de França Belchior Silva, sanear a unidade tem sido uma luta diária. "A celeridade é uma busca incessante do magistrado para a entrega da prestação jurisdicional. As varas cíveis se destinam a resolução de conflitos tanto quanto as criminais ou qualquer outra jurisdição, mas dentro da sua especificidade é de grande importância na resolução de litígios porque envolve grandes interesses da po-



JUIZ LUIZ de França Belchior Silva, da 2ª Vara Cível

pulação em geral", explicou o magistrado.

Ainda segundo o juiz, para dar celeridade à tramitação dos processos, os servidores comis-

sionados fazem expediente aos sábados, das 8h às 13h. "Tanto esforço dos servidores tem dado resultado; temos cumprido as metas 1 e 2 da GPJ [Gra-

tificação por Produtividade Judiciária]".

De janeiro a abril deste ano, quando foram instaladas as novas varas cíveis, e suspensão a distribuição de processos para as antigas varas, foram autuadas pela 2ª Cível 884 novas ações. Entretanto, os processos preventos ou conexos continuam sendo distribuídos às antigas unidades cíveis. Também os que versem sobre registros públicos são distribuídos para as 2ª, 3ª e 8ª unidades cíveis. A 2ª Vara recebe cerca de 40 novas ações de registro público por mês.

Metas – Este ano, para receber a GPJ, as varas precisam alcançar cinco metas (quatro a mais que nos anos anteriores): julgar processos a mais do que o número distribuído, sendo 175 por mês o mínimo (meta 1); reduzir em 15% o número de processos recebidos até dezembro de 2012 (meta 2); julgar 95% dos distribuídos até 31 de dezembro de 2006 (meta 3); reduzir em 80% o número de ações que estão paralisadas na Secretaria da Vara (meta 5). A meta 4 é destinada somente às varas criminais.